

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE



1290004022

TCC/UNICAMP
P288c
IE

INSTITUTO DE ECONOMIA

CEDOC - IE - UNICAMP

**CRESCIMENTO ECONÔMICO NO VIETNÃ: QUESTÕES
INTERNAS E INSERÇÃO NA DINÂMICA REGIONAL ASIÁTICA**

PROPONENTE

PRISCILA MAZZARO PAVAN

R.A. 035312

CEDOC - IE - UNICAMP

ORIENTADOR

ANDRÉ MARTINS BIANCARELI

Campinas, 2009.

TCC/UNICAMP
P288c
1290004022/IE

2007/11/06

Sumário

RESUMO	4
PALAVRAS-CHAVE	4
INTRODUÇÃO.....	5
Capítulo 1: A dinâmica regional do Leste Asiático a partir dos anos 1980	7
1.1 O desenvolvimento sob a liderança do Japão	8
1.2 A Crise Japonesa.....	11
1.3 A Crise Asiática (1997)	12
1.4 A Recuperação Asiática e o Cenário Atual.....	16
1.5 O papel da China na dinâmica regional	17
1.6 Conclusão.....	19
Capítulo 2: As origens internas da sustentação do crescimento no Vietnã	20
2.1 Pano de Fundo – Década de 1950 a 1985	20
2.2 A Reforma Estrutural Doi Moi (1986)	24
2.3 Mercado de Bens de Serviços.....	28
2.4 Setor Externo	32
2.5 Setor Fiscal	35
2.6 Política Monetária.....	36
2.7 Setor Financeiro	38

Capítulo 3: O Investimento Direto Externo e a Integração Comercial.....	39
3.1 O IDE e a Economia	42
3.2 Integração Comercial	48
Conclusão	51
Referências Bibliográficas:.....	54

Tabelas

Tabela I: Taxa de Crescimento do PIB – Variação Anual	5
Tabela II: Exportações e Importações	34
Tabela II: Composição das Exportações	49

Gráficos

Gráfico I: Crescimento do PIB Vietnã X NIC's Asiáticos – 1995-2000.....	15
Gráfico II: Taxa de Câmbio e Taxa de Câmbio Real	33
Gráfico III: Renda, Gasto e Resultado Primário.....	36
Gráfico IV: Inflação.....	37
Gráfico V: Taxa de Juros.....	38
Gráfico VI: IDE e PIB	40
Gráfico VII: Projetos de Investimento Externo por Setor da Economia	43
Gráfico VIII: Origem do IDE por país	46

RESUMO

O objetivo principal dessa pesquisa é analisar os fatores que permitiram ao Vietnã crescer acima de 6% ao ano desde 2000 até 2007, dentre os quais o mais importante foi o IDE (Investimento Direto Externo). Duas frentes de análise serão necessárias: a primeira engloba a dinâmica regional e o modelo asiático de crescimento. A análise será concentrada em verificar como o Vietnã se beneficia da dinâmica regional e como ele se afasta ou se aproxima do modelo de crescimento dos demais países do sudeste asiático. A segunda frente envolve as questões internas, os componentes domésticos, as reformas realizadas pelo governo vietnamita que proporcionaram essa base para o crescimento. O período de análise será do ano 2000 a 2007, mas as justificativas serão buscadas desde o final da década de 1980. O recorte espacial do estudo será o Vietnã e o Sudeste Asiático.

PALAVRAS-CHAVE

Vietnã, Leste Asiático, Reformas Estruturais, IDE (Investimento Direto Externo).

INTRODUÇÃO

O Vietnã vem apresentando taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) acima de 6% ao ano desde o ano 2000 até 2007, conforme salientado abaixo na Tabela I. Esse crescimento, ao ser comparado aos demais países da região do leste asiático, se revela mais dinâmico, perdendo apenas para a China, que cresceu em média 51,3% a mais que o Vietnã no período. Entretanto na comparação com os NIC's (*Newly Industrializing Countries*) de primeira geração e com os NIC's de segunda geração, países que integraram a dinâmica regional de crescimento do leste asiático a partir de meados da década de 1980, o crescimento do Vietnã se mostrou maior do que o crescimento de todos esses países.

Tabela I – Taxa de Crescimento do PIB – Variação Anual

Taxa de Crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) - Variação Anual %

Ano	Vietnã	China	Japão	NIC's de Primeira Geração				NIC's de Segunda Geração			
				Hong Kong	Cingapura	Coréia do Sul	Taiwan	Indonésia	Malásia	Filipinas	Tailândia
2000	6,8%	9,0%	2,9%	8,0%	10,0%	8,5%	5,8%	9,6%	13,7%	6,0%	4,8%
2001	6,9%	10,7%	0,2%	0,5%	-2,4%	3,8%	-2,2%	3,8%	0,5%	1,8%	2,2%
2002	7,1%	12,4%	0,3%	1,8%	4,2%	7,0%	4,6%	4,3%	5,4%	4,5%	5,3%
2003	7,3%	15,1%	1,4%	3,0%	3,5%	3,1%	3,5%	4,8%	5,8%	4,9%	7,1%
2004	7,8%	10,1%	2,7%	8,5%	9,0%	4,7%	6,2%	5,0%	6,8%	6,4%	6,3%
2005	8,4%	10,4%	1,9%	7,1%	7,3%	4,2%	4,2%	5,7%	5,3%	5,0%	4,5%
2006	8,2%	11,6%	2,0%	7,0%	8,2%	5,1%	4,9%	5,5%	5,8%	5,4%	5,1%
2007	8,5%	13,0%	2,4%	6,4%	7,7%	5,0%	5,7%	6,3%	6,3%	7,2%	4,8%
Média do Período	7,6%	11,5%	1,7%	5,3%	5,9%	5,2%	4,1%	5,6%	6,2%	5,1%	5,0%
Em relação ao Vietnã	-	51,3%	-77,3%	-30,8%	-22,3%	-32,1%	-46,6%	-26,2%	-18,6%	-32,8%	-34,3%

Fonte: Total Economy Database - The Conference Board and Groningen Growth and Development Centre - Junho 2009

Entender esse crescimento exige passar por duas frentes de análise. A primeira delas, a ser observada no primeiro capítulo, se trata de analisar a dinâmica regional de

crescimento do leste asiático e verificar em que sentido o crescimento do Vietnã se encaixa dentro dessa dinâmica. É preciso, para tanto, analisar o desenvolvimento recente das economias dos países asiáticos e observar em que medida o desenvolvimento do Vietnã se aproxima dessa dinâmica regional.

A segunda frente de análise, a ser observada no segundo capítulo, se trata da observação dos componentes domésticos do país, das bases internas que permitiram a viabilização desse crescimento. Se trata de analisar o período compreendido entre o final da década de 1970, com o término da guerra do Vietnã, até o período mais recente caracterizado por essas taxas de crescimento, observando com maior atenção as reformas estruturais implementadas pelo governo que levaram ao início da abertura aos fluxos de capitais externos e a inserção do Vietnã no comércio externo.

Ao terceiro capítulo caberá a caracterização do principal componente que aqui se acredita ser o responsável pela viabilização do crescimento recente do Vietnã: o IDE (Investimento Direto Externo) e a integração comercial do país a partir das reformas estruturais.

Neste sentido, a análise será baseada na tentativa de explicar o crescimento recente do Vietnã através do resultado de um ambiente externo favorável de uma dinâmica regional de crescimento, somado a um ambiente interno de estabilidade proporcionado pela execução de diversas reformas estruturais.

Capítulo 1: A dinâmica regional do Leste Asiático a partir dos anos

1980

A retomada do crescimento americano no início da década de 1980 após um período de turbulências relativas à ruptura do padrão-dólar fixo, às crises do petróleo e à derrota da Guerra do Vietnã promoveu transformações na dinâmica da economia mundial e, em especial, na região asiática. A chamada “diplomacia do dólar forte” permitiu a valorização da moeda americana e o seu fortalecimento como moeda de reserva internacional. O aumento da taxa de juros permitiu além dessa valorização, o déficit orçamentário, sendo ambos responsáveis pelo rápido crescimento do déficit comercial americano (TAVARES, 1985). Cabe destacar ainda a execução de uma política fiscal expansionista como fator que permitiu que a demanda americana crescesse a um ritmo mais elevado que o crescimento da produção doméstica.

Foi nesse cenário que a participação das importações asiáticas nas importações americanas trouxeram aos países dessa região, principalmente para Japão, Taiwan e Coreia, condições de apresentar um notável crescimento econômico na primeira metade da década de 1980. A disponibilidade de crédito internacional pôde financiar esse crescimento e também as estratégias industrializantes desses países (TAVARES e BELLUZZO, 2004).

Entretanto é em meados dos anos 1980 que as exportações do Leste Asiático para os Estados Unidos vão começar a perder o dinamismo. As políticas adotadas pelo governo americano trouxeram impactos negativos para a indústria doméstica e, em 1985 no chamado Acordo do Plaza, os EUA impuseram a desvalorização do dólar provocando assim, a apreciação do iene, a moeda japonesa. Então foi a partir desse acordo que o Japão se tornou o maior investidor internacional na região: ele perdeu

competitividade de suas mercadorias no mercado internacional com essa valorização forçada de sua moeda e como resposta “deslocalizou” a sua indústria para os países do Leste Asiático. Passou a exportar insumos para a produção nesses países e a usufruir das vantagens de mão-de-obra barata para atingir novamente o mercado americano, além de exportar essencialmente capital para a viabilização da produção nas plataformas.

O Vietnã, nesse período não era aberto ao capital externo e existiam diversas restrições ao comércio internacional. Isso significa que o país não participou dessa “deslocalização” da indústria japonesa, ou seja, ele não participou dessa nova dinâmica que estava se formando. Além disso, esse era o período após o término da Guerra do Vietnã, período esse caracterizado pelo embargo americano a qualquer relação comercial com esse país, o que o descartava como possibilidade de plataforma para exportação ao mercado americano pelo Japão.

1.1 O desenvolvimento sob a liderança do Japão

O que vai explicar a dinâmica regional de crescimento econômico é o papel do Japão sob o paradigma dos “gansos voadores”. Esse termo criado pelo economista japonês Akamatsu (1962) tinha o objetivo de explicar o modelo de desenvolvimento sob o qual a existência de uma integração vertical entre um ‘ganso líder’ e outros ‘gansos selvagens’ levaria ao desenvolvimento industrial da região através da exportação de produtos produzidos pelos gansos selvagens financiados pelo ganso líder. No caso analisado, o Japão como ganso líder puxou o desenvolvimento industrial dos NICs (em inglês *Newly Industrializing Countries*) de primeira geração: Hong Kong, Coréia, Cingapura e Taiwan. A exportação de produtos não-acabados intensivos em capital, os fluxos de investimento direto, a formação de *joint ventures* com empresas locais,

créditos bancários, acordos de transferência tecnológica e venda de componentes e equipamentos permitiram o desenvolvimento de seus parques industriais domésticos e o aproveitamento das vantagens comparativas do custo de mão-de-obra. Desse modo, a produção atenderia ao mercado americano e dos países da OCDE contornando as desvantagens da valorização da moeda japonesa.

Quando se diz que o Japão é o ‘ganso líder’ se pode estar omitindo o fato de que são os Estados Unidos e os demais países da OCDE que acabam puxando o desenvolvimento dos ‘gansos voadores’, uma vez que são eles os consumidores finais dos produtos asiáticos. Na realidade, o Japão é apenas o país que destina insumos e capital para que a produção seja viabilizada, não sendo, portanto, o consumidor final da produção. Nesse sentido, o embargo americano às transações com o mercado do Vietnã o excluem da dinâmica de desenvolvimento que estava surgindo, ou seja, o excluem da possibilidade de ser, neste período, um ganso voador.

Um fato que também contribuiu para essa dinâmica de crescimento regional foi o atrelamento das moedas dos NICs à moeda americana, ou seja, elas estavam desvalorizadas em relação ao iene acompanhando o dólar. Os países asiáticos compensavam, assim, o déficit comercial existente com o Japão através de superávits existentes com os Estados Unidos e OCDE. Cabe destacar ainda que a absorção da produção asiática pelo mercado americano se realizou porque mesmo que estes países tivessem passado a produzir manufaturas com maior tecnologia, o que pressuporia um aumento de custos, essas manufaturas continuavam a ser baratas pelo motivo de que a mão-de-obra era também barata e os sindicatos não tinham força.

Então essa dinâmica é mais ou menos resumida da seguinte maneira: a política de exportação japonesa induz a política de industrialização asiática no sentido de que a importação de insumos do Japão permite a difusão da lógica industrial nos NICs.

Entretanto não é apenas a existência dessa demanda por produtos por parte do mercado americano e a existência da rede de importação dos produtos japoneses que permite explicar o desenvolvimento do Leste Asiático. Cabe reconhecer o papel do Estado e analisar o contexto interno do período da industrialização no pós-guerra.

Nas palavras de Fajnzylber (1983), “a estratégia de industrialização do pós-guerra não foi somente resultado da ação das forças do mercado internacional, mas foi também devido à adoção de uma decisão estratégica por parte dos articulados núcleos internos dos Estados”. Trazendo essa idéia de 1983 para o contexto asiático, os governos tinham a preocupação ou até mesmo a ‘vocação’ industrializadora. Isso era verificado através de certas cautelas com relação à seletividade de importações a nível setorial para aproveitamento dos recursos internos. Os Estados permitiam que fossem importados os produtos não-acabados e matérias-primas que não eram capazes de ser produzidos dentro de seus territórios. Além disso, a subordinação da esfera financeira aos objetivos industriais também se fazia presente, o que favorecia o desenvolvimento da indústria doméstica. A seletividade incluía a esfera das empresas na vinculação de divisas autorizadas para as importações com as exportações geradas.

Então se pode afirmar que os fatores internos foram reforçados por um contexto internacional favorável ao crescimento inter-relacionado da região asiática. São as exportações para fora da região que foram essenciais para a viabilização de uma produção internacionalizada que permitiu a criação de uma dinâmica de crescimento regional. O Vietnã se excluiu dessa dinâmica por estar vivendo o período pós-guerra do Vietnã e presenciando o embargo americano as relações comerciais com seu mercado.

1.2 A Crise Japonesa

A crise pela qual passou o Japão no início da década de 1990 pode ser explicada pela chamada síndrome da “virtude conflituosa” elaborada por MCKINNON e SCNABL (2003)¹. Segundo ela, a virtude decorre do superávit no Balanço de Pagamentos que permitiu o crescimento japonês independente das restrições externas relativas ao mercado americano. Entretanto é esse mesmo superávit que proporciona o conflito: cria vulnerabilidade a qualquer flutuação da taxa de câmbio. Como a maior parte das transações monetárias japonesas era denominada em dólar e como as demais moedas da região eram atreladas ao dólar, qualquer flutuação na taxa de câmbio impactaria os preços internos. Além disso, o fato de o Japão ter se tornado credor em dólar sem fazer empréstimos na sua própria moeda, também gera essa vulnerabilidade ao câmbio. Os agentes emprestadores vão fugir do risco e alimentar através das expectativas a tendência de valorização do iene. Não se pode esquecer, entretanto, das pressões americanas neste mesmo sentido nesse período.

Essa tendência de valorização da moeda colocava o Japão numa trajetória de queda das taxas de crescimento. A valorização faz diminuir as taxas de investimento e, em consequência, a demanda por crédito financiador dos investimentos em virtude das expectativas de continuidade da valorização. Além disso, essas expectativas provocam maior risco na posse de dólares, o que cria uma tendência de que as taxas de juros devem permanecer mais baixas para títulos denominados na moeda japonesa. Entretanto essa tendência fica prejudicada uma vez que as taxas americanas estão baixas nesse período. Assim, a tentativa de conter a valorização via queda de juros se torna débil,

¹ In: MEDEIROS (2004)

mas permite que as empresas japonesas obtenham grandes lucros em operações de arbitragem (MEDEIROS, 2004).

Essa baixa taxa de juros tinha levado os bancos a dispor de muitos recursos e os investimentos foram direcionados ao mercado imobiliário e à Bolsa de Valores de Tóquio. Isso permitiu a valorização de ativos e provocou uma bolha especulativa que acabou estourando em 1991 quando o Banco do Japão eleva a taxa de juros e aperta a política fiscal. Essa bolha representou a queda dos preços desses ativos e o término dos ganhos com arbitragem.

Nessas condições, a contribuição para o desenvolvimento industrial dos países do Leste Asiático passa a ser reduzida. Os fluxos de IDE começam a diminuir e o Japão dá início a uma fase de recessão. Para o Vietnã, esse é o período em que o país passa a receber fluxos de capitais da região porque os países do leste asiático vão buscar vantagens de custo como forma de contrapartida da diminuição dos fluxos de IDE, permitindo o início da integração da economia vietnamita à dinâmica regional de crescimento. Essa recepção de fluxos de capitais se tornou viável a partir de 1987 quando o governo institui a abertura internacional através da Lei do IDE, a ser mais bem caracterizada nos capítulos sobre o Vietnã e sobre o IDE e a abertura comercial.

1.3 A Crise Asiática (1997)

Após surtirem os efeitos da crise do Japão através da queda dos fluxos de IDE e das suas importações, e também com a desvalorização do iene em relação ao dólar a partir de 1995, o fato de que as moedas asiáticas estavam atreladas à moeda americana acabou provocando também uma valorização dessas moedas. Os produtos asiáticos ficaram mais caros no mercado japonês e as exportações para o mercado americano

ficaram mais competitivas. Somava-se a isso, a depreciação em relação ao dólar em 1994 da moeda chinesa, o que permitiu às exportações desse país avançarem na competição no mercado internacional. Essa apreciação cambial dos países asiáticos passou a provocar uma deterioração da conta corrente enquanto a competitividade chinesa devido a sua moeda desvalorizada provocou queda nos preços das exportações, o que deteriorou os termos de troca.

Ao lado dos efeitos da crise japonesa na primeira metade da década de 1990 esteve presente a abertura financeira pela qual passou esses países. Havia pressões externas nessa direção já que a ideologia da abertura financeira era muito forte nesse período, mas também o próprio ambiente concorrencial: os fluxos de IDE haviam caído e a deterioração dos termos de troca eram sinais de que esses países precisariam de recursos externos para o fechamento dos Balanços de Pagamento. Houve também razões microeconômicas do ponto de vista das empresas e do sistema financeiro.

Tudo isso modificou a estrutura de financiamento externo asiático com a expansão dos fluxos de crédito de curto prazo (CUNHA, 2001). Os bancos adquiriram empréstimos no mercado de crédito internacional e os repassaram às empresas que continuavam a investir mesmo com a queda dos preços dos produtos no mercado internacional, principalmente dos eletrônicos. Elas tinham o objetivo de ampliar a capacidade produtiva a fim de ganhar com o aumento da parcela de mercado. Só que esse movimento acabou resultando num maior excesso de oferta, o que diminuiu ainda mais os preços e a lucratividade.

As expectativas com relação a uma possível corrida bancária começaram a assustar os agentes. Na visão deles, os bancos não tinham condições de amortizar seus compromissos com os credores internacionais instantaneamente no caso de algum desajuste no mercado internacional. Além disso, os bancos centrais não tinham reservas

suficientes para atender a essa corrida. Desse modo, as expectativas puderam traçar o caminho para uma efetiva corrida bancária que se observou quando os credores de curto prazo tentaram resgatar seus empréstimos com os bancos asiáticos. Houve assim uma crise bancária e uma crise cambial, já que a troca da moeda nacional por dólar não poderia fazer jus aos empréstimos realizados.

O câmbio até então era fixo em alguns dos países da região para facilitar o comércio e o IDE entre os países, segurando o horizonte das expectativas. Quando o câmbio sofreu um ataque especulativo à manutenção da paridade houve uma crise cambial. E foi o que aconteceu porque os governos não tinham mais meios de defender a paridade cambial. As moedas então se depreciaram, o que piorou a situação dos bancos porque aumentou relativamente suas dívidas nas moedas locais.

O primeiro país a sentir esse impacto das expectativas foi a Tailândia em 1997. Primeiramente o governo tailandês tentou aumentar a taxa de juros e defender a paridade. Entretanto o custo era alto demais e acabou permitindo uma depreciação do *bath*. Em pouco tempo os demais países foram provando do mesmo problema: Coreia, Malásia e Indonésia.

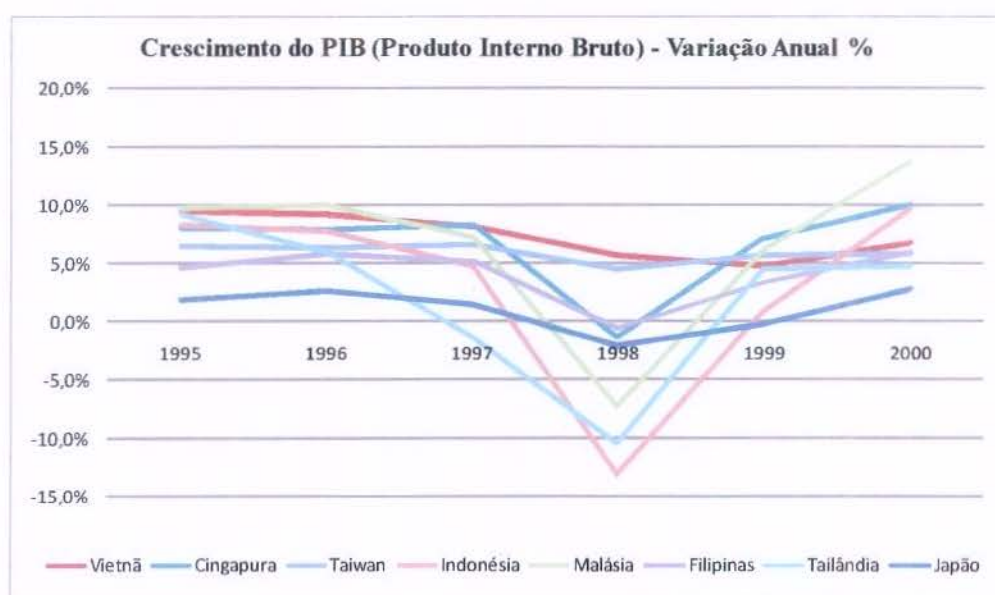
Como dito, a crise foi inicialmente uma crise cambial, mas depois ela se espalhou para o sistema financeiro e, posteriormente, para os demais países da região. Foi, nesse sentido, uma crise gêmea. Como havia o descasamento de moedas nos ativos dos bancos, ou seja, como as suas dívidas estavam em dólar e seus créditos em moeda local, eles acabaram quebrando, o que reverteu o otimismo e terminou o ciclo de empréstimos para especulação. Houve fuga para a liquidez. Os governos não intervieram para evitar isso pela falta de moeda forte. Mesmo que esses países tenham recebido dinheiro do FMI (Fundo Monetário Internacional) como ajuda, isso não foi possível porque a entrada desse dinheiro foi acompanhada de recomendações para

controlar a economia através do aumento dos juros e da diminuição do gasto público. E o que isso provocou foi a piora da situação porque não havia absorção interna.

A crise se transferiu para os demais países por efeito contágio. A contração da liquidez e as expectativas foram disseminadas pela região e cada país reagiu a sua maneira, de acordo com suas vulnerabilidades e fragilidades. A Malásia, por exemplo, não agüentou as pressões da crise mesmo com um sistema financeiro sólido, ao contrário da Coreia do Sul que apresentava falhas no sistema regulatório financeiro, o que contribuiu para o agravamento da crise neste país (CUNHA, 2001).

O Vietnã, por sua vez, observou um menor impacto sobre suas taxas de crescimento, conforme o Gráfico I abaixo, do que o dos demais países principalmente porque a sua abertura aos fluxos de capitais externos excluiu a entrada dos fluxos de curto prazo, mais voláteis. O impacto na economia foi sentido mais pela queda dos fluxos de capitais originários nos países da região.

Gráfico I – Crescimento do PIB Vietnã X NIC's Asiáticos – 1995-2000



Fonte: Total Economy Database - The Conference Board and Groningen Growth and Development Centre - Junho 2009

1.4 A Recuperação Asiática e o Cenário Atual

Essa crise nos fins da década de 1990 levou a uma intensa recessão e à queda da taxa de crescimento dos países do Leste Asiático: em 1998, a taxa de crescimento da Coreia, Malásia e da Tailândia foram negativas em 6,9%, 7,4% e 10,5% ² respectivamente. O processo de recuperação iniciou-se em 1999 para Coreia, Tailândia e Malásia. Alguns países instituíram controles de capitais em maior ou menor intensidade e outros promoveram uma maior liberalização financeira e comercial.

Nesse sentido, a volta dos fluxos de capitais não podem explicar por si só a volta das taxas de crescimento. Um fato que demonstra essa incapacidade é a verificação de que os níveis de IDE não retomaram os patamares de antes da crise, pelo contrário, não mais conseguiram alcançá-los. A explicação parece estar mais intimamente ligada à queda do volume das importações que provocou a elevação do superávit comercial e de transações correntes. Além disso, a vulnerabilidade de curto prazo foi reduzida nos países que receberam ajuda do FMI porque a relação fluxos de curto prazo e reservas se reduziu melhorando as condições de liquidez (MEDEIROS, 2001).

É desse modo que a resposta dos motivos da volta do crescimento vai na direção da ampliação das exportações favorecida pelas desvalorizações cambiais. Em somatório cabe destacar o aumento das importações americanas em 1999 e 2000 para atender à demanda das indústrias de TI (tecnologia de informação) da região da Califórnia. Entretanto é necessário lembrar que uma grande parte desses produtos asiáticos tinha sofrido queda de preços no mercado internacional e que nessa nova fase de desenvolvimento se acirra ainda mais a concorrência.

² FMI, *World Economic Outlook Database*, Abril 2009.

Outro ponto a ser destacado é a inversão de posição com o Japão em termos de balança comercial. Foi dito anteriormente que os países asiáticos tinham déficit comercial com o Japão porque importavam deste país produtos não-acabados e intensivos em capital. O cenário mais recente mostrou um superávit comercial entre esses países e o antigo ganso líder. As taxas de câmbio desvalorizadas em relação ao iene permitiram a ampliação das exportações asiáticas para o Japão. Entretanto, o fato de que esse país ainda permanecia numa severa recessão significava um obstáculo à retomada dos altos níveis de crescimento das economias do Leste.

Outro fator que se revelou obstáculo a essa retomada foi a diminuição das importações americanas já em 2001. Como mencionado acima, a concorrência levou à diminuição das taxas de crescimento asiáticas novamente. A ascensão da China no comércio mundial e a concorrência das indústrias maquiladoras mexicanas conseguiam usufruir de melhores vantagens comparativas.

É nesse sentido que o crescimento das exportações deixa de ser ‘vocação’ e passa a ser ‘via obrigatória para o crescimento’ (MEDEIROS, 2001).

1.5 O papel da China na dinâmica regional

Como foi citado anteriormente, em 1994 a China apresentou a desvalorização do *yuan*, o que a colocou dentre os países de origem das importações americanas. Já em 1997 durante a crise asiática, integrou-se com maior amplitude no destino de fluxos comerciais e de IDE da região. Após a queda das importações americanas em 2001, aumentou a recepção das exportações asiáticas em função de seu nível elevado de crescimento no período. É nesse sentido que se verificou uma mudança da dinâmica do crescimento da região do Leste Asiático.

A teoria de MEDEIROS (2006) de que a China promoveu a recentralização da Ásia como um Duplo Pólo parece ser uma boa explicação. Nas palavras desse autor, “[...]se a China como produtor mundial de produtos da TI e bens de consumo industriais para os mercados ocidentais – o primeiro pólo – deslocou produtores asiáticos, a China enquanto grande mercado interno em expansão – o segundo pólo – tornou-se o principal magneto para o desenvolvimento asiático” (página 2).

As características mais importantes da política econômica chinesa que justificam a expansão de seus mercados passam pela manutenção da taxa nominal de câmbio do *yuan* com o dólar fixada desde 1994, além da existência de superávit comercial com os Estados Unidos, o que permitiu o acúmulo de reservas. O investimento estatal também é uma dessas características que deram estabilidade a sua economia.

Com relação ao processo de desenvolvimento industrial chinês, o fato é que houve uma expansão da sua capacidade de importar a fim de suprir a demanda interna oriunda da construção da máquina exportadora chinesa para atender ao mercado americano e internacional. Nesse sentido, a importação de bens intensivos em mão-de-obra e os fluxos de IDE reorientaram os fluxos asiáticos para esse novo receptor, mas não substituíram, no caso específico desse último fluxo, o papel dos investimentos estatais. Ao contrário, é importante destacar que pode ser atribuída a essa vocação do estado a aceleração do processo de desenvolvimento chinês.

E é em paralelo à construção da máquina exportadora que o mercado interno foi se desenvolvendo. Os investimentos estatais em construção civil, urbanização foram reflexos desse movimento. A enorme população chinesa foi então sendo o centro atrativo para a dinâmica da economia asiática desse recente período.

1.6 Conclusão

O que se pode resumir deste primeiro capítulo é que foi criada uma dinâmica regional de crescimento primeiramente liderada pelas exportações japonesas para a utilização dos países asiáticos como plataformas de exportação para os Estados Unidos e para os demais países da OCDE, além da destinação de investimentos diretos que difundiram a lógica industrial entre esses países. Posteriormente é a China que se coloca como receptora das exportações das plataformas devido à expansão do seu mercado interno e se transforma numa grande exportadora para os mercados desenvolvidos do ocidente.

Utilizando-se da visão de Akyüz³ para o caso asiático, os desafios dos países em desenvolvimento estavam ligados à construção de uma base industrial como estratégia de incremento das exportações de manufaturados que conseguisse canalizar as forças do comércio internacional e do IDE. E foi exatamente isso que aconteceu na região e também no Vietnã, já que são os fluxos de IDE e a abertura internacional que vão permitir o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico.

Agora cabe olhar para o Vietnã, observar as questões internas a sua economia para depois esclarecer em que medida elas viabilizaram a abertura comercial e a integração do país na dinâmica regional.

³ Akyüz, Yılmaz **Impasses do Desenvolvimento** – traduzido por Marta Helena Cintra – Novos Estudos, nº72 - julho 2005.

Capítulo 2: As origens internas da sustentação do crescimento no Vietnã

2.1 Pano de Fundo – Década de 1950 a 1985

Em meados da década de 1950 o Vietnã vencia a guerra contra a França, país que tentava restabelecer o controle do território vietnamita para manter a dominação que existia desde a colonização em 1858. Essa guerra ficou conhecida como a Guerra da Indochina e durou de 1946 a 1954. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, a França fez essa tentativa de restabelecer o controle do país na busca de territórios de influência, mas não teve êxito mesmo contando com a ajuda dos Estados Unidos. Em 1954 na Conferência de Genebra, acordo internacional do pós-guerra que tinha o objetivo de restaurar a paz na antiga Indochina, o Vietnã foi dividido em duas regiões separadas: o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul. Além disso, esse acordo previa a realização de eleições gerais em 1956 para a unificação do país (COTRIM, 2005).

Neste cenário, o governo comunista do Vietnã teve então a necessidade de promover uma estratégia de desenvolvimento para poder reorganizar a economia do país: tomou a direção de incentivar a promoção da indústria pesada sob um sistema de planejamento centralizado, ou seja, sob as rédeas do próprio governo. Entretanto alguns entraves se faziam presentes: capital e recursos eram escassos devido ao período de guerra e a força de trabalho se concentrava na agricultura, o que dificultava a transferência de mão-de-obra para a indústria pesada. As condições de infra-estrutura eram primitivas assim como o acesso a recursos materiais para a produção, o que também caracterizava limites a esse processo. Além disso, focou a total coletivização da agricultura de forma a desenvolver a sua base produtiva, mas os camponeses,

principalmente os do sul, não estavam alinhados a essa idéia. Como resultado, a economia não conseguiu responder favoravelmente à estratégia e, ao mesmo tempo, desequilíbrios setoriais passaram a ser cada vez mais visíveis (LIPWORTH & SPITÄLLER, 1993).

Durante a Guerra Fria, a região norte tinha o apoio da China e da União Soviética sob influência comunista, enquanto a região sul era apoiada pelos Estados Unidos numa concepção anticomunista. Essa divisão acabou por culminar na Guerra do Vietnã, um conflito armado ocorrido no sudeste asiático entre 1959 e 1975, travado entre a República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte) e a República do Vietnã (Vietnã do Sul). Esse conflito acabou desviando as atenções dos problemas econômicos. As importações de guerra e a ajuda do bloco soviético e da China ajudaram a resolver momentaneamente as dificuldades econômicas, mas, ao mesmo tempo, permitiram também a piora das distorções internas, pois as soluções não eram efetivas, só durariam enquanto existisse a guerra.

Em 1965, os Estados Unidos enviaram suas tropas para impedir a derrocada do governo da região sul e a invasão da região norte, além do objetivo principal que era impedir a unificação do Vietnã sob o regime comunista. Entretanto, os norte-americanos não conseguiram cumprir seus objetivos e se retiraram do país em 1973. Em 1976, com o término da guerra e a vitória do norte, a República do Vietnã e a República Democrática do Vietnã acabaram reunificando-se na República Socialista do Vietnã.

Essa reunificação teve um sucesso parcial. A invasão norte-americana tinha destruído as instalações industriais do norte, as bombas químicas devastaram extensões de floresta pelo uso do napalm, as operações militares tinham deslocado a mão-de-obra das atividades industriais interrompendo os investimentos da região norte, as atividades agrícolas do sul tinham sido impedidas. Por essas conseqüências, a reunificação passou

pelo enfrentamento da resistência da população agrária da região sul, mas a questão crucial para o sucesso parcial foi o fim da ajuda chinesa, que implicou na estagnação da produção industrial e intensificou a crise econômica. Até então, a economia do país dependia essencialmente da ajuda externa devido à escassez de capital, mas também de recursos. Além disso, a queda da produção exigiu o aumento das importações de alimentos, o que impactou numa piora da dívida externa do país: em 1982 a dívida externa total do Vietnã chegou a US\$ 2,8 bilhões⁴.

Medidas foram adotadas para tentar restabelecer a situação econômica. Em 1981 a moeda vietnamita, o *dong*, foi desvalorizada a fim de favorecer as exportações: passou de 2,17 por dólar em 1978 para 9,045 em 1981⁵. Os produtos agrícolas sofreram aumento de preços, principalmente pelo fim dos subsídios do governo aos preços das commodities e da contração da produção agrícola. Isso implicou numa relativa e momentânea melhora da situação, mas já no curto prazo foi possível verificar que essas medidas acabaram estimulando a inflação que chegou a crescer 95% em 1982 em relação ao ano anterior⁶. O Estado então destinou esforços para regular o comércio no âmbito privado aumentando o controle sobre o setor exportador.

Ainda em 1981 algumas medidas serão colocadas em resposta à queda na produção de alimentos e à estagnação da produção industrial. O Estado introduziu Sistemas de Contratos na agricultura e um Plano de Três Objetivos na indústria. Com relação ao sistema de contratos, foi o início da descoletivização da agricultura porque o governo promoveu a alocação de terras individualmente para cada agente, se distanciando da alocação de terras coletivamente, e permitiu a tomada de decisões acerca da administração da terra. A única restrição era a exigência da venda ao Estado

⁴ <http://www.country-data.com>

⁵ <http://www.nammoney.com>

⁶ *World Economic Outlook Database*, FMI – Abril 2009.

de uma parcela fixa da produção a preços baixos, mas era permitida a venda do excedente a essa parcela fixa ao mercado paralelo a preços mais elevados para compensar as perdas com a venda ao governo. Já com relação ao plano industrial, o primeiro objetivo era que as empresas estatais deveriam produzir para o Estado usando apenas recursos ofertados pelo próprio Estado. O segundo objetivo era a permissão para a obtenção de recursos fora do âmbito estatal, mas a produção continuaria a ser vendida exclusivamente ao Estado. Já o terceiro e último objetivo era a venda do excedente da produção ao mercado paralelo a preços não administrados. Esses dois sistemas encorajaram o fortalecimento do mercado paralelo e a existência de um sistema dual de preços, evidenciando já aqui uma mudança com relação ao papel central do Estado nas questões de planejamento econômico (LEUNG & RIEDEL, 2001).

Estava delineado então, o fracasso do sistema de planejamento central adotado. A ausência de instituições capazes de legitimar e sustentar o sistema de planejamento central era evidente. Durante a década de 1980 o governo vietnamita seguiu na tentativa de aliviar as influências desse sistema que provocaram a aceleração da inflação, que registrou um aumento de 428 por cento de 1980 a 1986⁷, distorceram os preços, estagnaram a produção agrícola, impediram o desenvolvimento da indústria pesada, disseminaram o desemprego e provocaram uma piora das condições sociais. As importações passam a ser contraídas devido aos fluxos de capitais de longo e de médio prazo estarem novamente escassos e também devido à queda das exportações. O bloco soviético começou a sinalizar a suspensão da ajuda financeira. Além disso, o sucesso do desenvolvimento chinês e o progresso nas economias da região revelavam uma pressão externa para a realização de novas estratégias. É então nesse cenário que uma reforma de “Renovação” vai ser desenvolvida.

⁷ *World Economic Outlook Database*, FMI – Abril 2008.

2.2 A Reforma Estrutural Doi Moi (1986)

“Numerosas dificuldades ainda cobrem a vida de nosso povo, especialmente dos trabalhadores e dos funcionários públicos. Muitas pessoas em idade ativa estão sem emprego ou ainda não estão legalmente empregadas. Muitas necessidades legítimas e mínimas da vida material e cultural das pessoas ainda não foram encontradas. O campo mantém a necessidade de bens de consumo e remédios, moradia, saneamento e a vida cultural em muitas áreas ainda deixam muito a desejar.”⁸

É sob essa visão que o governo do Vietnã se reúne em 1986 no 6º Congresso Político para delinear os objetivos de reestruturação da economia. A questão inicial é o reconhecimento de que o modelo econômico socialista adotado anteriormente falhou em vários aspectos, ou seja, que a responsabilidade da conjuntura era do modelo de planejamento central. O ponto inicial que se colocava, assim, era a mudança do sistema econômico. A tentativa escolhida foi de ampliar a introdução das forças de mercado no processo de planejamento sem alterar, entretanto, os fundamentos do sistema político comunista. Essa escolha foi influenciada pelas medidas adotadas na China a partir de 1978 com o intuito de promover um processo de abertura para a modernização do país tanto no aspecto sócio-econômico quanto no âmbito político. A reforma chinesa inicialmente tinha o objetivo de criar estímulos e estender a alocação de recursos ao mercado, mas mantendo como pano de fundo o sistema de planejamento central do Estado, diferentemente das medidas adotadas no Vietnã que visavam uma transição de uma economia centralmente planejada para um sistema orientado para o

⁸ *Sixth Party Congress of the Communist of Vietnam* (15-18 Dezembro 1986), Documentos, Hanói: 1987, página 16.

mercado (VAN AN & MINH DUC, 2007). Assim, medidas fragmentadas foram adotadas por essa reforma gradual que ficou conhecida como *Doi Moi* ou ‘renovação’.

Além desse objetivo havia também duas outras metas da reforma: a transformação de uma economia de um só setor comandado pelo Estado para uma economia multi-setorial, encorajando a participação do setor privado, e a integração internacional através da transformação de uma economia fechada em uma economia aberta, com o desenvolvimento comercial e relações de investimento com outras economias.

Durante os três anos que se seguiram o governo foi introduzindo essas medidas graduais. Elas evidenciavam uma grande confiança por parte do governo nas forças do mercado a respeito da alocação de recursos e na determinação de preços. No que diz respeito ao fortalecimento de uma economia de mercado, as medidas principais tomadas foram no sentido da tentativa de melhor refletir os custos pelos preços, diminuindo a diferença entre o mercado paralelo e os preços definidos pelo governo. No que diz respeito à promoção de uma economia multi-setorial, as mudanças foram na direção tanto da agricultura quanto da indústria e dos serviços. Quanto à agricultura, foi garantido o direito de uso da terra por no mínimo 15 anos e foi introduzido um sistema de serviços de apoio à produção rural. A priorização de produtos agrícolas e bens de consumo foi colocada e as medidas foram no sentido de facilitar esse objetivo. No âmbito da indústria e dos serviços, a permissão para o desenvolvimento de atividades comerciais privadas constituiu um passo largo dado em direção à economia de mercado. A eliminação do monopólio estatal sobre o comércio externo e a autonomia dada às empresas estatais acentuavam a delegação dessas funções comerciais / industriais à responsabilidade privada. Além disso, houve a separação do banco central em dois, um

mantendo as funções acerca da questão macroeconômica e outro que tinha que garantir as funções comerciais (LIPWORTH & SPITÄLLER, 1993).

Já a respeito da integração internacional, os esforços foram no sentido de atrair o investimento direto externo (IDE) com a criação de uma Lei do IDE em 1987 e o relaxamento das restrições ao comércio externo. É uma lei que serviu para a atração de novos investimentos e permitiu o acesso ao mercado internacional para o desenvolvimento baseado nas exportações. Esse assunto será tratado especificamente no próximo capítulo.

Apesar de ter acentuado a autonomia das empresas estatais, eliminado o monopólio estatal no comércio externo e permitido a realização de atividades comerciais privadas, o governo rejeitou a redução do controle governamental sobre as atividades das empresas estatais, a desmontagem do aparato de planejamento e a abolição do sistema dual de preços. Esse último, em particular, fazia com que os produtores que eram obrigados a vender ao Estado a preços artificiais abaixo dos preços de mercado se financiassem junto ao banco central através de subsídios para compensar as perdas incorridas. Ou seja, estava deixando de lado a principal causa da instabilidade econômica que era o sistema dual de preços uma vez que implicava em altas taxas de inflação e, em consequência, dificuldades no Balanço de Pagamentos (RIEDEL & TURLEY, 1999).

Apesar das medidas permitirem que a produção agrícola crescesse e que o país se tornasse um dos principais exportadores mundiais de arroz, chegando a vender ao mercado externo 1,78 milhões de toneladas em 1989 ⁹, os desequilíbrios macroeconômicos continuaram a aparecer: embora a produção tenha se expandido, altas taxas de inflação surgiram e a taxa de câmbio tinha sido fixada num patamar muito

⁹ VLC: *Vietnamese Law Consultants* - <http://www.vietnamese-law-consultancy.com/index.php>.

abaixo do prevalecente no mercado, o que causava perdas aos exportadores e barateava as importações prejudicando o produtor local (THANH, 2000).

Esses fatos revelaram a necessidade de políticas mais incisivas, menos fragmentadas. Então em 1989 um programa de estabilização financeira vai ser colocado em prática, incluindo reformas estruturais em diversos setores da economia como nos preços, na taxa de câmbio e na taxa de juros, acompanhadas do corte de subsídios fiscais às empresas estatais. O primeiro passo dado foi uma reforma de liberalização dos preços, eliminando o sistema dual, mas deixando uma pequena gama de preços administrados na economia. Para tanto foi necessário que a taxa de câmbio fosse desvalorizada à taxa de mercado e que as taxas de juros fossem elevadas em termos reais a níveis positivos. Um aperto fiscal e monetário foi aplicado, um novo sistema fiscal foi estabelecido a fim de se adequar a uma economia de mercado, os investidores externos passaram a ter a garantia do direito de propriedade e foram atraídos pela introdução de uma estrutura legal que envolvia as leis de contratos privados e as leis das companhias de mercado, além do relaxamento das leis de comércio internacional. No âmbito macro, a redução do déficit orçamentário, a contenção do crescimento da moeda e do crédito e a racionalização da estrutura da taxa de juros foram as principais medidas.

Esse programa de estabilização revelou um sucesso já no período de um ano. A inflação caiu abruptamente em 1989 e o PIB acelerou chegando a 8% a sua taxa de crescimento (LIPWORTH & SPITÄLLER, 1993) devido ao aumento da produção agrícola e à expansão do setor de serviços. Com relação ao Balanço de Pagamentos, o declínio da ajuda da União Soviética foi compensado por uma favorável resposta da oferta interna ao programa de estabilização.

No período 1990 a 1991 esse sucesso foi temporariamente revertido devido à perda contínua da ajuda externa e da diminuição das exportações dentro da CMEA

(*Council for Mutual Economic Assistance*), organização criada pela União Soviética para estreitar a cooperação econômica dos países do bloco socialista e coordenar o desenvolvimento econômico desses países no pós-guerra. Além disso, problemas climáticos afetam a agricultura.

Em consequência a inflação volta a subir e o crescimento do PIB cai para 5% em 1990-1991. A inflação volta a crescer chegando a 68% no ano de 1991 porque aumentam as necessidades de empréstimos com a ampliação do setor público e, ao mesmo tempo, cresce a pressão sobre os preços agrícolas. A demanda por moeda diminui com o crescimento voltando a taxas mais modestas e as taxas de juros caem. Em contrapartida o déficit de conta corrente se estreitou pelos ganhos na exportação de petróleo e de produtos elétricos manufaturados e pelas restrições de importações.

Já em 1992 há uma modificação na situação do país: o governo desenvolve políticas financeiras reduzindo a expansão do crédito e da liquidez, aumentando as taxas de juros para níveis positivos em termos reais. A inflação volta a declinar: chegando a 20% em 1992.

Faz-se necessário agora olhar para cada setor da economia para verificar as reformas colocadas e as suas consequências.

2.3 Mercado de Bens de Serviços¹⁰

Agricultura

Ao final da guerra do Vietnã, um sistema de contratos foi estabelecido na agricultura a fim de recuperar a base de produção familiar de antes do conflito. O

¹⁰ Quando não explicitado, essa seção tem como fonte principal o relatório do FMI, LIPWORTH, G. e SPITÄLLER, E - 1993.

governo cedia a terra como propriedade pública e em troca o arrendatário deveria destinar uma parte da produção em preços fixos ao governo. O restante da produção poderia ser vendido a preços de mercado. Entretanto essa solução não teve sucesso porque não havia estabilidade garantida para esse sistema, além do fato de que a liberdade no mercado era restrita.

Sendo assim, em 1988 o governo passa a assegurar a estabilidade de no mínimo 15 anos da posse da terra e os direitos de propriedade, mas manteve ainda a propriedade estatal da terra. As obrigações contratuais foram reduzidas e o controle das decisões sobre o uso de trabalho e fundos foi retornado ao produtor, assim como o direito de uso de longo prazo da terra. Numa tendência de liberalização, em 1989 o governo vietnamita acaba por declarar a livre autonomia ao produtor agrícola, relaxando as obrigações de preço fixo e liberalizando os preços agrícolas.

O crescimento na agricultura foi proporcionado no âmbito privado principalmente pela produção de arroz a partir da descoletivização da terra e do retorno da produção ao âmbito familiar. Esse crescimento foi viabilizado pelo progresso tecnológico traduzido na forma de sementes melhoradas juntamente com o uso de novos tratores. As extensões de campo de arroz aumentaram 57% no período de 1988 a 1996, de 17 milhões de toneladas para 57 milhões, através da melhora nas atividades de irrigação. O Estado passa a administrar cooperativas e grupos produtivos no que diz respeito às atividades de irrigação, controle de pragas, ou seja, em serviços específicos que produtores individuais não poderiam empreender eficientemente, além de financiar a produção através da concessão de crédito bancário (BOOTHROYD e XUAN NAM, 2000).

Já no âmbito estatal, o crescimento é maior uma vez que se concentrava na produção de itens ligados ao crescimento da produção industrial: enquanto o setor

privado cresceu em média 4%, o setor estatal chegou a crescer 10% em média no período de 1988 a 1996.

O sentido maior das medidas adotadas no setor agrícola era de mover a economia agrícola para a orientação para a produção de commodities, ou seja, para o crescimento da produção baseado nas exportações.

Indústria

Até 1989 as empresas estatais não tinham autonomia e seus orçamentos eram ineficientes principalmente pelo fato de que os custos de salários eram subsidiados pelo governo, o que acabou provocando uma super contratação de mão-de-obra. No âmbito privado, por outro lado, não existiam controles de preços, mas os produtores estavam sujeitos a dificuldades de acesso ao crédito bancário e limitações no escopo de atividades que podiam desempenhar.

O setor industrial privado era composto por unidades industriais pequenas: “mais da metade do total de 2.557 unidades industriais privadas possuem menos de 500 milhões de *dong* em forma de capital, enquanto menos de 500 unidades industriais privadas excedem os 5 bilhões de *dong*” (THUYET, 1995 -pág.10). Os investidores privados se concentravam mais nos demais setores da economia, como o comércio e serviços, e em contrapartida as empresas estatais dominavam o setor industrial.

É em 1989 que o governo vai promover reformas neste setor que vão permitir um crescimento de 8% em 1991 (HAU, T. e DICKIE, P, 2006). Com relação às empresas estatais, plena autonomia será concedida na formação de preços, na produção e nas decisões de investimento. Como consequência da eliminação dos subsídios orçamentários haverá demissões a fim de equilibrar o nível de mão-de-obra de acordo

com os custos. Para o setor privado, o acesso ao crédito vai ser facilitado, a taxaço discriminatória será reduzida e uma das medidas mais importantes    a legaliza  o das negocia  es de contratos de compra e venda em moeda estrangeira. Essas medidas v  o melhorar as bases para a competi  o interna.

As respostas dessa medida mostraram que a indústria intensiva em capital foi responsável pelo crescimento de 58% da produ  o industrial do período entre 1988 e 1996 (WORLD BANK, 1997).   reas da indústria mais intensivas em trabalho, principalmente a produ  o têxtil, de couro e de g  neros alimentícios também cresceram, mas em menor velocidade. Tanto o setor estatal quanto o privado experimentaram crescimento, mas as estatais apresentaram melhores resultados uma vez que eram elas que se concentravam nos setores intensivos em capital.

Já no período de 1992 a 2004 a indústria vai crescer em média 11,1% por ano devido a sua habilidade de tirar vantagens das melhoras comerciais que advieram das medidas da reforma na década passada, incluindo a autonomia quanto    produ  o, o acesso ao mercado global, ao capital estrangeiro e    tecnologia.

Serviços

As reformas no setor de serviços incluíram a privatiza  o dos canais de distribui  o da produ  o agrícola, mas o fato mais notável foi a permissão da entrada do capital estrangeiro neste setor, destacando-se o turismo e os serviços financeiros. Bancos internacionais levaram seu capital para o Vietnã permitindo que o maior crescimento se concentrasse no setor bancário.

A constru  o civil teve sua demanda aumentada em virtude do aumento da produ  o industrial. A explora  o dos campos de petróleo iniciou já em 1970 com a

criação de *joint ventures* entre o governo do Vietnã e os países da União Soviética. E é o aumento da extração de petróleo dos campos no oceano que vai permitir o crescimento na exploração de combustíveis, principalmente a partir de 1990.

O setor de serviços foi também beneficiado pelas medidas de liberalização e atingiu uma taxa de crescimento de 8,5% entre 1988 e 1991. De 1992 a 2004 vai crescer em média 6,9 % ao ano com o aumento dos serviços relacionados ao turismo em especial (HAU, T. e DICKIE, P, 2006).

2.4 Setor Externo¹¹

As reformas no setor externo estavam ligadas ao objetivo de integrar a economia vietnamita à economia mundial. A partir de 1988 medidas de liberalização do comércio e do investimento permitiram o desenvolvimento da competitividade das empresas do país no cenário internacional.

Taxas de Câmbio

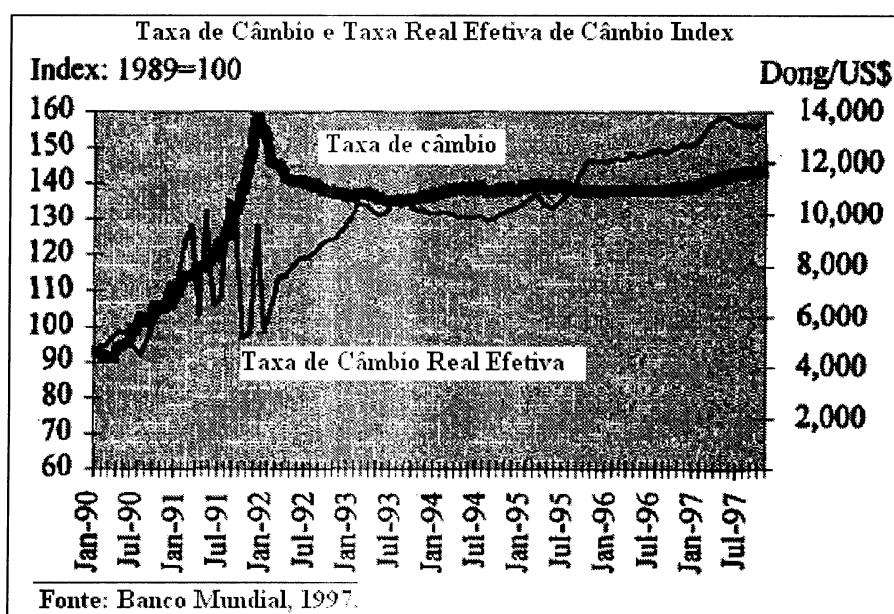
Até 1989 o governo mantinha um sistema de múltiplas taxas de câmbio desvalorizadas da sua moeda, o *dong*. Foi então nesse ano que essas taxas foram reunidas numa única taxa de câmbio ao nível do mercado paralelo de troca, o que representou um aumento em cinco vezes do valor do câmbio externo.

O governo passa então a seguir uma política de manutenção da taxa oficial à sombra de seu valor no mercado paralelo, aceitando uma oscilação entre 10 e 20 por cento dessa taxa. Isso vai fazer com que ela se deprecie mais nos anos de 1990 e 1991 e

¹¹ Quando não explicitado, essa seção tem como fonte principal o relatório do FMI, LIPWORTH, G. e SPITÄLLER, E - 1993.

também a partir de 1993 ela vai permanecer numa faixa de variação de no máximo 1% em relação à taxa real até 1995; abaixo no Gráfico II desenvolvido pelo Banco Mundial (1997):

Gráfico II: Taxa de Câmbio e Taxa de Câmbio Real.



Sistema de Comércio

Com relação ao sistema de comércio, as exportações tinham sido facilitadas pelo sistema múltiplo de taxas de câmbio desvalorizadas. A redução dos preços domésticos de exportação abaixo do nível de preços do mercado mundial era dada por subsídios às exportações. Entretanto em 1989 quando o *dong* foi desvalorizado, os subsídios foram eliminados.

Além dessa reforma de comércio houve também a sua descentralização com a quebra do monopólio estatal do comércio internacional em 1988. Até esse ano existia

uma Organização para o Comércio Externo de responsabilidade do governo do Vietnã que intermediava as relações de comércio. A partir desse ano os negociantes poderiam manter contato direto com clientes e fornecedores externos sem passar pela intermediação dessa organização. Nesse sentido, o número de empresas autorizadas a comerciar externamente aumentou, além do volume de exportações e importações que chegaram a 13.604,3 milhões de dólares em 1995, conforme a Tabela II abaixo.

Tabela II: Exportações e Importações.

Exportação e Importação - (mil) US\$				
Ano	Total	Exportações	Importações	Balanco
1990	5.156,4	2.404,0	2.752,4	-348,4
1991	4.425,2	2.087,1	2.338,1	-251,0
1992	5.121,5	2.580,7	2.540,8	39,9
1993	6.909,1	2.985,2	3.923,9	-938,7
1994	9.880,1	4.054,3	5.825,8	-1.771,5
1995	13.604,3	5.448,9	8.155,4	-2.706,5
1996	18.399,4	7.255,8	11.143,6	-3.887,8
1997	20.777,3	9.185,0	11.592,3	-2.407,3
1998	20.859,9	9.360,3	11.499,6	-2.139,3
1999	23.283,5	11.541,4	11.742,1	-200,7
2000	30.119,2	14.482,7	15.636,5	-1.153,8
2001	31.247,1	15.029,2	16.217,9	-1.188,7
2002	36.451,7	16.706,1	19.745,6	-3.039,5
2003	45.405,1	20.149,3	25.255,8	-5.106,5
2004	58.453,8	26.485,0	31.968,8	-5.483,8
2005	69.208,2	32.447,1	36.761,1	-4.314,0
2006	84.717,3	39.826,2	44.891,1	-5.064,9

Fonte: General Statistics Office of Vietnam.

As reformas de comércio fizeram aumentar o volume do comércio externo do Vietnã em paralelo com uma diversificação desse comércio. Aumentou de 46% do PIB em 1989 para 97% em 1996. O crescimento das exportações chegou a 41% do PIB em 1996 enquanto as importações chegaram a 31% (WORLD BANK, 1997). Os produtos agrícolas perderam espaço para o aumento da exportação de manufaturados.

2.5 Setor Fiscal¹²

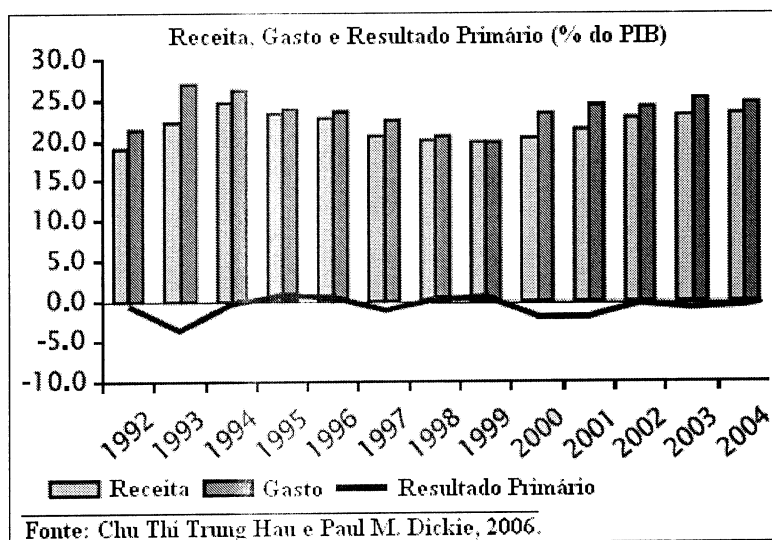
Uma administração fiscal mais prudente foi a marca do governo vietnamita a partir das reformas da *Doi Moi*. Um modesto déficit fiscal (entre 4% e 5% do PIB) vai ser a característica do período devido a um maior dinamismo com relação às receitas e uma melhor administração dos gastos. No âmbito das receitas, a simplificação do sistema de impostos e taxas, a modernização da administração das receitas de impostos, o alargamento da base tributária contribuíram para que o Estado pudesse captar os recursos do setor privado crescente. No âmbito dos gastos, a criação de uma lei orçamentária juntamente com a implementação de uma política de revisão de gastos, além da formulação de um programa de investimento público contribuíram para a melhor alocação dos recursos do governo.

Logo no início das reformas, a administração orçamentária se colocou como o principal desafio: a autonomia dada às empresas estatais representou uma queda da receita obtida através dessas empresas, saindo de 9,2% do PIB em 1987 para 2,6% em 1991, e, ao mesmo tempo, as demissões que ocorreram para equalizar o número de empregados de acordo com a produção exigiram um aumento do orçamento dessas empresas. Como contrapartida o governo eliminou os subsídios diretos às estatais que representavam 5% do PIB em 1987 (IIAU, T. e DICKIE, P, 2006).

No Gráfico III abaixo, se pode observar a pequena oscilação do resultado primário de 1992 a 2004:

¹² Quando não explicitado, essa seção tem como fonte principal o relatório do FMI, LIPWORTH, G. e SPITÄLLER, E - 1993.

Gráfico III: Renda, Gasto e Resultado Primário.

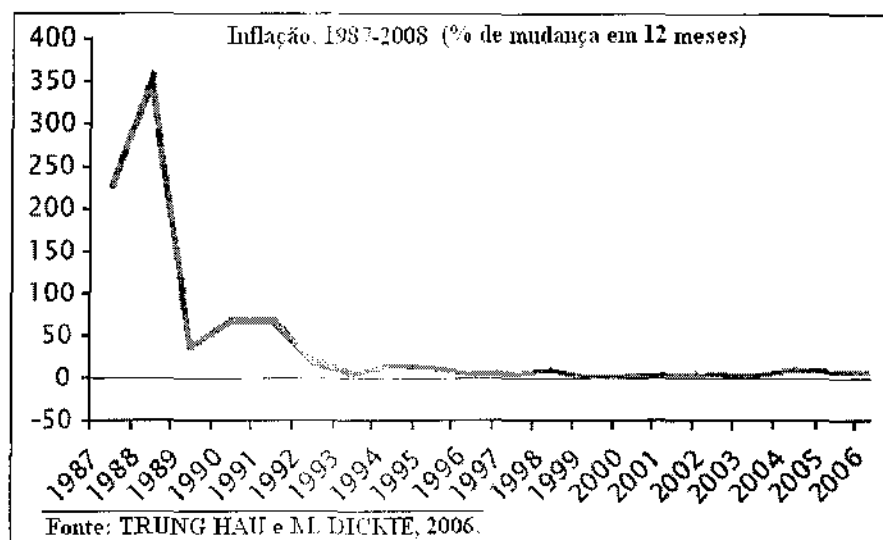


2.6 Política Monetária¹³

Nos primeiros anos da reforma o Vietnã experimentou altas taxas de inflação (ver no Gráfico IV abaixo) devido principalmente ao descontrole gerado através da liberação de preços sem o amparo por parte da política macroeconômica. Os preços fixados pelo governo foram aproximados aos preços no mercado paralelo, o que implicou esse grande aumento da inflação. Já no início da década de 1990 o Vietnã experimentou taxas mais baixas de inflação.

¹³ Quando não explicitado, essa seção tem como fonte principal o relatório do FMI, LIPWORTH, G. e SPITÄLLER, E - 1993.

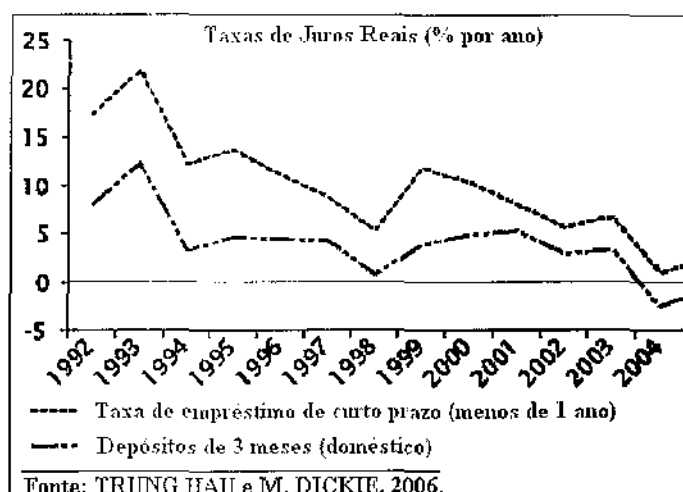
Gráfico IV: Inflação.



Além do *dong* utilizava-se também o dólar: a sua utilização na economia chegou a 41% do total de moeda em circulação em 1991, quando o programa de estabilização econômica foi colocado e acabou gerando incertezas quanto à valorização do *dong*. Durante a década de 1990 essa dolarização veio diminuindo, mas ainda se faz presente.

As taxas de juros permanecerem em queda na década de 1990 e na primeira metade dos anos 2000. Abaixo, no Gráfico V, pode-se observar essa queda:

Gráfico V: Taxas de Juros.



2.7 Setor Financeiro¹⁴

Com a reforma financeira a partir de 1989 o crédito foi disponibilizado de acordo com “plano de crédito anual” a diversas taxas para diversos setores da economia, com a única semelhança de serem negativas em termos reais e de estarem abaixo das taxas correntes de depósitos. O Banco Estatal do Vietnã era submetido ao governo a fim de permitir um controle sobre o crédito e a moeda. Depois de 1989 teve suas funções comerciais transferidas para quatro bancos especializados que na realidade não agiam como bancos comerciais porque eles eram forçados a fazer empréstimos para apenas determinados setores e permaneciam expostos à pressão do governo.

É só em 1990 que um sistema financeiro orientado para o mercado vai ser colocado. O Banco Estatal foi então autorizado a representar as funções de banco central, assim como o controle sobre os bancos comerciais e a formulação de políticas macroeconômicas. As barreiras à entrada de bancos estrangeiros foram retiradas.

¹⁴ Quando não explicitado, essa seção tem como fonte principal o relatório do FMI, LIPWORTH, G. e SPITÄLLER, E - 1993.

Capítulo 3: O Investimento Direto Externo e a Integração Comercial¹⁵

O Vietnã abriu sua economia aos investidores externos sob a política de Renovação através das reformas econômicas. Em 1987 a lei de investimento externo passou a permitir a detenção e a direção de empresas pelo capital externo através de isenções fiscais, garantias contra a expropriação e assegurando a plena repatriação de lucros. Essa abertura foi gradual, mas tinha o intuito de atrair fluxos de Investimento Direto Externo (IDE) o mais rápido possível, uma vez que a sua economia dependia da ajuda externa e a China e a União Soviética tinham cessado a destinação de fluxos de capitais que eram os responsáveis pelo ajuste do Balanço de Pagamentos do Vietnã até então. O impacto da entrada desses novos fluxos de capitais foi muito forte, representando a maior força na transformação econômica e na integração da economia vietnamita à economia mundial.

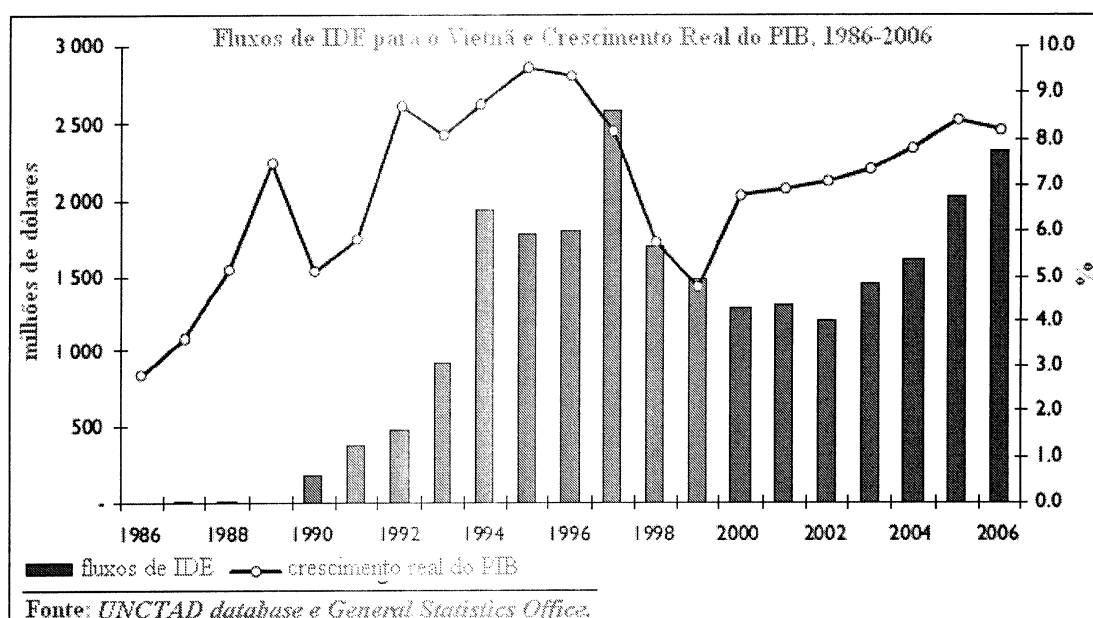
Já em 1987 os efeitos da *Doi Moi* permitiram a atração do investidor externo. Até então o IDE não era permitido, mas já em 1990 ele alcançou US\$180 milhões, revelando um otimismo na região acerca das reformas que estavam sendo implementadas pelo governo e o reconhecimento do mercado em ascensão. Os fluxos entraram na economia como um reforço às atividades que estavam desencadeando as forças de mercado e a iniciativa privada e vão se concentrar no setor industrial.

O Gráfico VI mostra em milhões de dólares os fluxos de capitais que entraram na economia vietnamita a partir das reformas de 1986. 1995 é o primeiro ano em que os fluxos desaceleram devido principalmente ao fato de que os investidores encontraram dificuldades para desenvolver seus negócios num ambiente caracterizado por problemas regulatórios e restrições ao comércio. Entretanto essa desaceleração é pequena, pois nos

¹⁵ Quando não explicitado, esse capítulo tem como fonte principal o relatório da UNCTAD, 2008.

anos que antecederam a Crise Financeira do Leste Asiático, o Vietnã se tornou o destino dos fluxos dos investidores regionais como um novo ambiente de expansão das suas exportações e como um mercado emergente para seus produtos. Nesse período, 60% dos fluxos de IDE eram originários da própria região. Essa destinação dos investimentos da região para a economia do Vietnã estava iniciando a sua participação na lógica dos gansos voadores asiáticos: o recebimento de fluxos de investimento começou a incentivar a difusão da dinâmica regional de crescimento a partir do desenvolvimento industrial puxado pelas exportações.

Gráfico VI – IDE e PIB



De acordo com Freeman¹⁶, havia três motivos principais de atração do IDE para o Vietnã: o primeiro é que os fluxos de capitais dos anos 1980 e 1990 destinaram-se aos países em desenvolvimento, principalmente para os países do leste asiático que

¹⁶ Freeman, J. *Foreign Direct Investment in Vietnam: An Overview*, Hanoi, Setembro - 2002.

receberam 30% dos investimentos em países em desenvolvimento em 1990; o segundo motivo é o fato de que os mercados emergentes de economias formadas a partir de uma base socialista representavam novos espaços de oportunidades com ótimos lucros a oferecer; e o terceiro motivo era o fato de que os países do leste asiático como a Malásia, Cingapura e Tailândia começaram a exportar capital.

Logo que estourou a crise financeira em 1997 os fluxos de capital voltaram a desacelerar, desta vez a um ritmo maior do que nos anos anteriores: chegaram a cair 49% em 1997, 16% em 1998 e 59% em 1999, essencialmente porque neste período os cinco maiores investidores no Vietnã eram países do Leste Asiático, que foram abalados pela crise. As corporações dos países da região tiveram que se reestruturar e deixaram de direcionar seus investimentos para fora. Houve uma onda de fusões e aquisições em países como Cingapura, Coreia, Tailândia e até mesmo em Hong Kong, mas essa onda não atingiu a economia do Vietnã, que possuía regulações contra esse tipo de prática, o que o isolou da captação de fluxos de capitais por essa via. Além disso, as moedas asiáticas foram desvalorizadas em relação ao dólar, o que tornou o Vietnã menos atrativo aos projetos de exportação. Do lado comercial, as exportações asiáticas também caíram, o que também descartava a necessidade da economia vietnamita como plataforma de exportação.

Essa desaceleração dos fluxos de capitais afetou diretamente o crescimento do PIB do Vietnã até o ano de 2000, revelando a importância do investimento estrangeiro na economia. Entretanto esse impacto foi menor do que o sentido nos demais países da região, uma vez que as portas não foram abertas para os fluxos de capitais de curto prazo, com maior volatilidade.

O IDE voltou a crescer novamente em 2003 com a retomada da atenção dos investidores externos para a economia do país: estava sendo estabelecido em definitivo

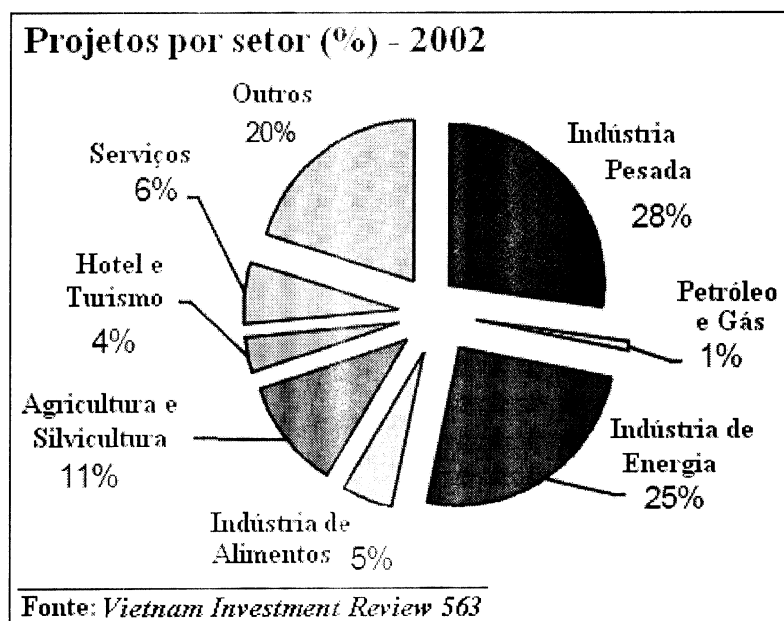
um ambiente industrial de plataforma de produção de manufaturados para atender à demanda internacional, principalmente devido aos baixos custos de mão-de-obra e ao alto índice de alfabetização, mas também pela competitividade do setor de serviços de infra-estrutura. O Vietnã se mostrava assim como uma alternativa à China. Os resultados das reformas estruturais estavam sustentando a economia e viabilizando a estrutura de investimento do país. Além disso, a confirmação do Acordo Bilateral de Comércio (BTA) com os Estados Unidos em 2001 representava um elo de desenvolvimento das exportações e também a sustentação das reformas e dos objetivos do governo do Vietnã. Todos esses fatores foram os responsáveis pelo retorno dos fluxos de IDE.

3.1 O IDE e a Economia

As reformas estruturais implementadas com o projeto de renovação transformaram o Vietnã de uma economia baseada na agricultura em uma economia baseada na indústria e nos serviços. Os fluxos de investimento desempenharam um papel de propulsor dessa mudança e continuam a representar a força maior de desenvolvimento da indústria e da diversificação econômica, fazendo do Vietnã plataforma de exportação das empresas do leste asiático.

Durante a década de 1990 a indústria concentrou 45% do IDE registrado, mas outros setores como o da construção civil e do turismo também se destacaram na captação desses fluxos. Já em 2002, como pode ser observado no Gráfico VII abaixo, essa concentração nos ramos industriais aumentou, ficando em 28% na indústria pesada e 25% na indústria de eletricidade, além de 5% na indústria de alimentos.

Gráfico VII– Projetos de Investimento Externo por Setor da Economia



Essa ampliação da participação do IDE no setor industrial acabou ampliando progressivamente a produção de produtos com tecnologias mais avançadas com maior valor agregado. A permanência dos baixos custos de mão-de-obra era também um fator de atração do investimento nesses setores mais avançados da economia em termos de desenvolvimento tecnológico. A indústria têxtil cedeu espaço à produção de eletrônicos, destacando-se a entrada da Intel, empresa de origem americana, no mercado de eletrônicos do Vietnã em 2006 com o intuito inicial de produzir US\$1 bilhão em semicondutores elétricos¹⁷.

A predominância do IDE no setor industrial com orientação para exportações ocorreu em detrimento da destinação de fluxos para o investimento em setores *non-tradable* e serviços, com exceção apenas dos setores imobiliário, de turismo e da construção civil. Esse fato se deve a decisão do governo vietnamita de manter o setor de

¹⁷ Fonte: <http://www.intel.com>

serviços fechado para o investimento externo. Essa decisão se reverteu em 2008, como parte do acordo para entrada do país na OMC (Organização Mundial do Comércio), fazendo com que o setor de serviços chegasse a representar 18% do IDE¹⁸.

Com relação ao setor de telecomunicações, a ausência dos fluxos de investimento externo se deve ao fato de que o governo limitou a entrada do setor privado neste ramo da economia porque as três maiores operadoras de telecomunicações do Vietnã são empresas estatais. Mesmo que o governo tenha dado mais autonomia a essas empresas, ele não se retirou totalmente dos níveis de controle. Desse modo, mecanismos de proteção à empresa estatal são desenvolvidos incluindo a limitação da participação privada, tanto nacional quanto estrangeira, no mercado em que está presente.

Outro setor com limitações do acesso dos fluxos de investimento direto externo é o financeiro. O setor bancário, por exemplo, é comandado por quatro grandes bancos estatais que respondem pela maior parte do crédito ofertado na economia. Há bancos estrangeiros, mas as restrições colocadas pelo governo fazem com que seus principais clientes sejam os demais investidores estrangeiros do país que possuem relações com esses bancos nos países de suas matrizes.

Essas restrições do governo do Vietnã evidenciam o modo gradual como o país foi transformando sua economia numa economia de mercado. A manutenção da base de sustentação dos investidores privados domésticos e até mesmo do governo como investidor através das empresas estatais é um objetivo que se sobrepõe à necessidade de abertura ao capital estrangeiro. Essa característica é também presente na China, revelando aqui novamente a semelhança do processo de abertura do Vietnã com a dos demais países da região.

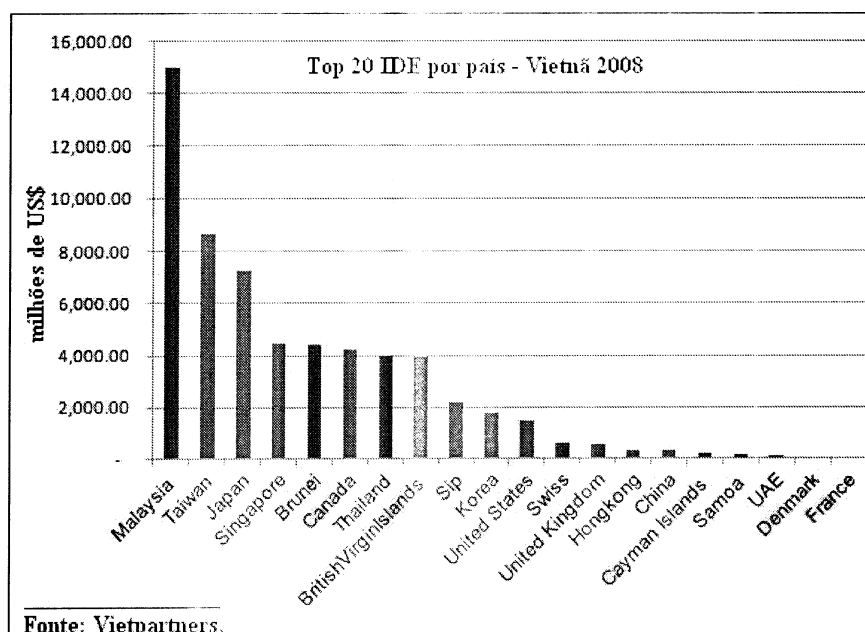
¹⁸Fonte: <http://www.vietpartners.com>

Entretanto alguns produtos e serviços ofertados por esses setores protegidos podem ter preços menos competitivos do que se fosse permitida a entrada de empresas estrangeiras, com facilidades de baratear os custos de produção. Essa abertura foi colocada como cláusula para integração na OMC, como colocado mais acima, e pretende-se com isso facilitar o acesso a bens e serviços mais competitivos por parte da população vietnamita.

Com relação aos países investidores a entrar na economia vietnamita, os primeiros foram os australianos e os europeus. Os americanos demoraram mais a entrar devido ao embargo dos Estados Unidos ao Vietnã por conta da situação do pós-guerra. As empresas da própria região asiática entraram também de maneira mais gradual, mas com o passar do tempo foram se tornando os principais investidores no país, entrando pela porta da indústria têxtil. Essa composição o diferenciava dos demais países que recebiam fluxos de IDE, onde a predominância era do capital americano e europeu.

Entre 1988 e 2006, praticamente cinco países da região do leste asiático se revezaram nas cinco primeiras posições de investidores no Vietnã: Cingapura (12,8% em média), Taiwan (12,1), Coreia (11,8%), Japão (10,7%) e China (9,8%). Em 2008, como pode ser visto no Gráfico VIII, destaca-se a Malásia como o principal investidor no país.

Gráfico VIII – Origem do IDE por país



Outro fato que também pode ser observado no gráfico VII é a pequena participação dos Estados Unidos e de países da Europa. Empresas desses países acabam investindo no Vietnã através de terceiros localizados na própria região, como por exemplo, através da Malásia. A China também utiliza os demais países da região como canais de investimento para o Vietnã. Desse modo, o investimento é computado como originário do país asiático mesmo que realizado por firmas de outra nacionalidade.

Um ponto que merece ser destacado é que esse investimento através dos países da região é uma alternativa ao investimento na China. Isso porque recentemente o Vietnã vem oferecendo melhores custos de produção e também porque houve uma melhora nas expectativas quanto ao desenvolvimento dessa economia refletida pela sustentabilidade de taxas significativas de crescimento do PIB desde o início dessa década (acima de 6%)¹⁹.

¹⁹ FMI, *World Economic Outlook Database*, Abril 2009.

Como levantado mais acima, os fluxos de investimento direto externo representaram uma fonte propulsora da transição de uma economia essencialmente agrícola para uma economia baseada na indústria. O impacto provocado no nível de produção industrial foi muito forte, porque além de ampliar a produção pelo aumento de empresas no mercado com a entrada das empresas estrangeiras, provocou indiretamente um aumento da produção das indústrias já presentes no país, tanto das estatais quanto as empresas privadas, em vias de concorrência. Só que mesmo que as empresas nacionais tenham crescido em termos de produção, são as empresas internacionais trazendo fluxos de capitais externos que vão crescer estrondosamente, chegando a representar 16% da economia do Vietnã em 2006.

Com relação ao investimento e ao capital, os investidores externos representaram um importante papel na acumulação no interior do país: o IDE como proporção da formação bruta de capital fixo foi de 27,2% em 1995 para 36,8% em 2006. Também o crescimento dinâmico do produtor interno permitiu a acumulação interna de capital. Entretanto, mesmo que o setor privado doméstico tenha crescido, ele ainda é caracterizado por pequenas e médias empresas, em contraste com as empresas internacionais que são em geral de grande porte. As empresas estatais são maiores do que as nacionais privadas, mas também ficam abaixo das empresas de capital estrangeiro tanto em termos de capital aplicado quanto no número de empregados.

Já em termos de tecnologia, a entrada do IDE trazendo a mudança da produção industrial para bens eletrônicos em especial, trouxe também a necessidade de mão-de-obra mais especializada. Uma das vias de acesso foi através do próprio treinamento da mão-de-obra local pelas empresas estrangeiras, levando em conta o nível de alfabetização do país (a taxa de alfabetização em 2005 estava em 90,3%²⁰). Além disso,

²⁰ 2007/2008 Human Development Report - United Nations.

a entrada do capital estrangeiro também provocou um aumento do número de vagas de empregos fazendo com que a taxa de desemprego caísse de 25% em 2000 para 4,3% em 2008²¹.

3.2 Integração Comercial

O Vietnã se tornou nos últimos vinte anos uma economia integrada com o mundo pela via do comércio como um grande exportador de diversos tipos de produtos. Essa integração é fruto tanto das políticas do governo desenvolvidas dentro do plano de reformas estruturais que compreenderam mais recentemente um aumento nas cotas de exportação e uma diminuição dos impostos sobre as exportações, quanto da entrada dos fluxos de capitais externos.

No início das reformas o Vietnã se caracterizava como exportador de produtos agrícolas em geral, com destaque para o arroz e o café. Agora nos anos 2000, a exportação de produtos manufaturados e têxteis representa quase metade do total exportado, como pode ser observado na Tabela III. Essa diversificação do mercado, como já foi dito, foi essencialmente estimulada pela entrada do IDE.

²¹ CIA (*Central Intelligence Agency*) – *The World Factbook*.

Tabela III – Composição das Exportações

Composição das Exportações, 1997 - 2003

	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003	
	bi US\$	%	bi US\$	%	bi US\$	%	bi US\$	%	bi US\$	%	bi US\$	%	bi US\$	%
Têxteis	2,7	28,9	2,6	27,3	3,5	30,2	3,8	25,9	4,1	27,1	5,2	30,8	6,5	32,2
Manufaturados	0,9	9,8	0,9	9,7	1,3	11,5	1,7	11,9	2	11,9	1,9	11,3	3	12,7
Petróleo	1,5	16,7	1,3	14,3	2,3	19,6	3,7	25,7	3,3	22,1	3,4	20,3	4	19,7
Agrícolas	1,7	19,2	1,9	20,5	2,1	17,9	1,8	12,7	1,8	12,1	1,8	10,8	2	9,7
Peixes e Crustáceos	0,8	8,4	0,8	8,4	1	8,4	1,5	10,2	1,8	12	2	12,2	2,2	10,9
Outros	1,6	17	1,8	19,7	1,4	12,5	1,9	13,5	2,2	14,8	2,4	14,2	3	14,8
Total	9,2		9,3		11,5		14,4		15		16,7		20,1	

Fonte: United Nations, Comtrade database.

Com relação aos países de destino das exportações vietnamitas, também houve mudanças. Até a implementação das políticas da *Doi Moi*, o Vietnã comercializava exclusivamente com os países do bloco soviético, através da CMEA. Com o colapso desse acordo as exportações se destinaram à Ásia e mais recentemente incluíram os Estados Unidos e a Europa. Em 2007, os cinco maiores destinos das exportações do Vietnã foram: Estados Unidos (19,7%), União Europeia (17,9%), Japão (13,2%), Austrália (9,3%) e China (8,1%)²².

Foram estabelecidos alguns acordos bilaterais e o Vietnã passou a integrar alguns blocos de cooperação de comércio. Cabe aqui observar alguns principais.

O Vietnã ingressou na ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) em 1995, uma organização cujos principais objetivos compreendem acelerar o crescimento econômico, o progresso social e o desenvolvimento cultural, além de promover a paz e a estabilidade do sudeste asiático²³. Os atuais membros são: Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Mianmar, Laos, Camboja e Vietnã. Em 1992 ela foi elevada à categoria de zona de livre comércio (AFTA), mas ainda existem barreiras: a

²² World Trade Organization Statistics Database.

²³ Fonte: <http://www.asean.org/>

CEDOC - IE - UNICAMP

completa eliminação de tarifas ao comércio ainda não ocorreu. O principal objetivo colocado ao Vietnã nessa entrada na associação foi a redução das tarifas de importação para os países membro, além da promoção e incentivo ao IDE entre os países. Essa segunda parte do objetivo já estava sendo implementada de acordo com as reformas que estavam sendo desenvolvidas no país, mas esse ingresso na ASEAN permitiu a ampliação das vias de acesso ao capital regional.

Já o ingresso na APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) iniciou em 1998. O objetivo desse acordo era de facilitar o crescimento econômico, a cooperação, o comércio e o investimento entre os países membros²⁴. Para o Vietnã, significava, assim como dentro da ASEAN, eliminar barreiras ao comércio e diminuir as tarifas de importação dos produtos dos países membros, que hoje são 21 entre os asiáticos e os americanos do pacífico.

Talvez o mais importante acordo recente do Vietnã tenha sido com a OMC (Organização Mundial do Comércio) em 2007. É uma organização de promoção da liberalização do comércio, um espaço para os governos negociarem acordos de comércio sob as regras impostas. Esse acordo representa para o Vietnã a atração de um maior fluxo de IDE dos países membros que podem permitir, num futuro recente, a sustentabilidade do nível de crescimento de sua economia. Da sua parte, aceitou nas negociações para sua entrada à organização uma rápida abertura de seu mercado de serviços, particularmente dos setores bancário, de seguros e de distribuição a varejo.

Todos esses acordos fizeram parte da estratégia do governo de integrar o país na economia mundial, principalmente através das exportações. Então nada melhor do que participar de acordos nos quais as barreiras ao comércio são pequenas, as tarifas são mais baixas ou isentas e os fluxos de investimento são mais facilmente alcançados.

²⁴Fonte: <http://www.apec.org/>

Conclusão

A proposta desse estudo era de buscar os motivos que permitiram a economia do Vietnã crescer acima de 6% ao ano de 2000 a 2007. A primeira frente de análise foi observar o desenvolvimento dos países da região do leste asiático no mesmo período em que o Vietnã adotou políticas para reerguer a sua economia após um período de guerra. O que se observou nesses países foi o desenvolvimento baseado nas exportações para os mercados dos países desenvolvidos, ou seja, eles eram plataforma de exportação.

Primeiramente eles cresceram à custa da dominação regional do Japão no sentido de ser o ganso líder de propulsão do crescimento. O Japão transferia parte da sua produção para os países da região em busca de preços e custos menores a fim de atingir posteriormente os mercados dos países desenvolvidos. Após a crise japonesa, a China começou a sinalizar que estava tomando o posto do Japão como líder regional, através de um espetacular crescimento.

Nessa dinâmica regional, o principal viabilizador do crescimento dos países plataforma foi o fluxo de investimentos direcionados do Japão e da China, além de investimentos de empresas internacionais americanas e européias, como financiamento do desenvolvimento da capacidade exportadora desses países. E é exatamente este fluxo de IDE que vai permitir ao Vietnã também crescer sob uma orientação exportadora: ele também vai ser uma plataforma de exportação, mas dos próprios países do leste asiático que vão transferir partes do processo produtivo em busca dos custos competitivos que a economia do Vietnã oferecia. Neste sentido, é correto afirmar que o desenvolvimento do Vietnã se assemelha ao característico da região porque as taxas de crescimento de 2000 a 2007 representam a entrada deste país na dinâmica regional de crescimento.

Os motivos que permitiram a atração do IDE estão ligados a segunda frente de análise adotada: a observação das questões internas, do desenvolvimento interno do país.

“*Doi Moi* tem sido um dos exemplos de maior sucesso de transformação econômica na história recente, abrindo o caminho para novas formas de organização e administração econômica que contribuíram para o histórico progresso do bem-estar material do povo Vietnamita”²⁵.

Essa citação de Jordan Ryan na preparação do documento de revisão dos vinte anos de atuação da *Doi Moi* em 2006 reflete com clareza o sucesso das medidas adotadas quanto ao progresso e ao crescimento da economia do Vietnã. Esse sucesso do programa de Renovação pode ser atribuído às medidas graduais, mas inequívocas de mudança no papel do governo e das relações entre Estado e sociedade.

Pode-se afirmar que as políticas implementadas sob a *Doi Moi* foram as bases de formação da capacidade da economia vietnamita em atrair os fluxos de investimento. Dos três objetivos colocados por essa reforma (transformação de uma economia centralmente planejada numa economia com orientação para o mercado, transformação de uma economia uni – setorial comandada pelo estado numa economia multi-setorial incentivando a participação privada, integração da economia do Vietnã na economia internacional) todos foram alcançados. Houve a expansão das relações internacionais, o desenvolvimento do setor privado, gerou empregos, diminuiu a pobreza e a tudo isso se somou a uma estabilidade sócio-política e econômica.

Essa participação do Estado como viabilizador de uma estabilidade macroeconômica e da abertura ao mercado internacional esteve presente também no

²⁵ Mr. Jordan Ryan – “Assistance to the 20 Year Review of *Doi Moi* in Viet Nam”.

desenvolvimento da China. Neste país, o papel do Estado intervencionista através da implementação de reformas estruturais se assemelhou em muito ao ocorrido no Vietnã. Isso é mais uma característica que reforça a afirmação de que o Vietnã realmente entrou na dinâmica regional porque a lógica de crescimento deste país se assemelha aos demais da região.

Portanto, as medidas internas de reconhecimento de que o país precisava se abrir à integração internacional permitiram a entrada do IDE e a integração do país na dinâmica regional de crescimento econômico.

Referências Bibliográficas:

AKAMATSU, K. **A historical pattern of economic growth in developing countries.**

Journal of Developing Economies, 1(1):3-25, Março-Agosto, 1962.

AKYÜZ, Y. **Impasses do Desenvolvimento** – traduzido por Marta Helena Cintra –

Novos Estudos, nº72, julho 2005.

BOOTHROYD, P. e XUAN NAM, P. **Socioeconomic Renovation in Viet Nam: the origin, evolution and impact of Doi Moi.** Cingapura, 2000.

COTRIM, G. **História Global: Brasil e Geral.** Editora Saraiva – São Paulo, 2005.

CUNHA, A.M. **Crise no Pacífico Asiático: causas e conseqüências.** Instituto de Economia, Unicamp – Tese de Doutorado, Campinas, 2001.

FAJNZYLBER, F. **La industrialización trunca de America Latina.** *Nueva Imagen*, 1983.

HAU, T. e DICKIE, P. **Economic transition in Viet Nam: Doi Moi to WTO.** *Asian Development Bank* - Hanoi, 2006.

LEUNG, S. e RIEDEL, J. **The role of the State in Viet Nam's economic transition.** *Development Economics Working Papers* nº 590 -- *East Asia Bureau of Economic Research*, 2001.

LIPWORTH, G. e SPITÄLLER, E. **Viet Nam: Reform and Stabilization 1986-1992.**

Fundo Monetário Internacional – Depto. Ásia Central, 1993.

_____. _____. **A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia.** In: Revista Economia e Sociedade, v.17, 2001.

_____. _____. **A Economia Política da Internacionalização sob Liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China.** In: FIORI, J. L. Poder americano. Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

_____. _____. **A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática.** In: Revista de Economia Política, v.26, nº3, 2006.

RIEDEL, J. e TURLEY, W. **The politics and economics of transition to open market economy in Viet Nam.** OCDE *Working Paper* nº 152, 1999.

TAVARES, M. C. (1985). **A retomada da hegemonia americana.** Revista de Economia Política, volume 5, nº2, Abril-Junho, 1985.

TAVARES, M.C. e BELLUZZO, L.G.M. **A mundialização do capital e a expansão do poder americano.** In: FIORI, J. L. Poder americano. Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

THANH, V.T. **Exchange rate arrangement in Viet Nam: information content and policy options.** *East Asian Development Network* – Hanoi, 2000.

THUYET, P. **The emerging legal framework for private sector development in Viet Nam's transitional economy.** Banco Mundial, 1995.

UNCTAD **Investment Policy Review Viet Nam.** Nova Iorque e Genebra, 2008.

VAN AN, D. e MINH DUC, L. **Economic reforms in China and Viet Nam: a brief comparison.** *Central Institute for Economic Management*, 2007.

WORLD BANK **Viet Nam deepening reform and grow – An economic report.** 1997.